



SE 05. Gênero e sexualidade: conservadorismos, violências e ativismos

Isadora Lins França (Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Sérgio Luis Carrara (Instituto de Medicina Social) - Coordenador/a, Jacqueline Moraes Teixeira (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap) - Participante, Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp) - Participante, Vanessa Jorge Leite (Instituto de Medicina Social UERJ) - Participante, Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu (Unicamp)) - Participante, Roberto Efrem Filho (Universidade Federal da Paraíba) - Participante, Paulo Victor Leite Lopes (UFRN) - Participante, Maria Filomena Gregori (UNICAMP) - Debatedor/a, Carla de Castro Gomes (Pesquisadora) - Participante, Mario Felipe de Lima Carvalho (UFRJ) - Participante, Regiina Facchini (Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp) - Participante, Júlio Assis Simões (Universidade de São Paulo) - Debatedor/a

Na esteira de simpósios organizados em RBAs anteriores (2012, 2014, 2016) pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA, este SE discute a reação conservadora, que tem como um dos pontos centrais de articulação a crítica aos conceitos de gênero e de sexualidade, bem como as propostas políticas que, buscando promover a cidadania de diferentes categorias sociais, deles emanam ou neles se enredam. Se, de um lado, essa reação ameaça a agenda que, nos últimos vinte anos, vem sendo construída por ativistas e militantes em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. De outro, em seu matiz profundamente essencialista, contesta o próprio conhecimento que, em larga medida, caracteriza a antropologia contemporânea e que pode ser considerado seu incontestável legado às ciências humanas e sociais. A primeira sessão dar continuidade ao debate sobre religião e conservadorismos, apontando para as diferentes convenções e moralidades relacionadas a gênero e a sexualidade no campo religioso e para sua diversidade interna. Em seguida, abordaremos o cenário no qual a violência não apenas é perpetrada, mas também administrada pelo Estado, em arranjos que interpelam diferencialmente os sujeitos na medida em que gênero e sexualidade articulam-se a outras categorias. Na terceira sessão, a reação conservadora disputa espaço e convive com a emergência de novos sujeitos e novas formas de organização política que situam gênero e sexualidade como arenas de intensa transformação nos nossos dias.

"Maria da Penha como Maria Madalena": algumas respostas evangélicas para violência de gênero

Autoria: Jacqueline Moraes Teixeira

A emergência da Lei 11.340/06, lei "Maria da Penha" que criminaliza a violência doméstica aparece como diretriz fundante de inúmeros projetos desenvolvidos por igrejas evangélicas. Trata-se aqui de um exercício comparativo acerca de três projetos de alcance nacional desenvolvidos por três igrejas evangélicas. Meu objetivo é pensar a partir dos materiais produzidos pelos projetos, a produção civil de uma noção de conversão que se baseia no reconhecimento jurídico da condição de sofrimento. Categorias como denúncia e



divórcio se desenham como um caminho para o aprendizado de uma relação heterossexual saudável, um estágio rumo a conversão. A concepção de afetividade saudável a partir de uma pedagogia que visa o cuidado de si tornam-se linguagens substanciais de produção de um sujeito que deve afastar-se da condição jurídica do sofrimento para assumir o relato público como crente civil.

A renúncia da mãe: sobre gênero, violência e práticas de Estado

Autoria: Roberto Efrem Filho

A figura da 'mãe' tem oportunizado importantes debates nas ciências sociais. Seja ressaltando a sua relevância nas formulações de políticas públicas, seja enfatizando a sua mobilização em meio a 'lutas por justiça', interessantes works vêm localizando a 'mãe' no interior de conflitos sociais e práticas de Estado em que gênero e sexualidade aparecem como linguagem. Pouco temos pensado, contudo, sobre a renúncia dessa figura: e quando uma mãe recusa a 'mãe'? Neste texto, pretendo explorar essa renúncia e suas implicações em certas práticas de Estado e violência. Para isso, valho-me da análise das narrativas de Marcela sobre a sua conturbada relação com Ricardo, seu filho, um adolescente de 14 anos que a espancou e ameaçou de morte. Decidida a desistir do filho, Marcela se deparou, porém, com um Promotor de Justiça que ameaçou processá-la em razão da sua recusa em cuidar de Ricardo.

Fronteiras e contaminações identitárias a partir do ativismo trans brasileiro: cada um no seu quadrado?

Autoria: Mario Felipe de Lima Carvalho

Este work aborda a construção de identidades políticas no movimento trans ao longo da última década no Brasil. Reúno diferentes materiais etnográficos a fim de localizar as transformações em tais construções. Assim, é possível perceber que as dissidências nas expressões e/ou identidades de gênero encarnadas por tais ativistas não se configuram como um arco de compreensão suficiente para as injustiças e desigualdades sociais sofridas. A produção de solidariedade através do reconhecimento recíproco depende do acionamento, intencional ou não, de outros marcadores sociais como classe, raça/cor, geração e regionalidade. Esse cenário aponta, então, para uma reflexão sobre as trilhas que a chamada 'explosão identitária' vem tomando. Quais as disputas de projeto político subjacentes a esse processo?

Meu corpo, minha bandeira: coreografias e identidades no feminismo brasileiro

Autoria: Carla de Castro Gomes

O objetivo desta comunicação é discutir a construção do corpo nos protestos da Marcha das Vadias sob duas óticas. A primeira, se refere ao corpo como repertório. O elemento mais distintivo da Marcha das Vadias é a sua aposta em um frame de transgressão, relegando a segundo plano o frame vitimário que costuma dar o tom das ações feministas contra o estupro e a violência contra a mulher no Brasil e no mundo nas últimas décadas. O corpo e as emoções, transformados pelas ativistas em artefatos políticos, desempenham importante papel nos repertórios do frame de transgressão. A segunda, se refere ao corpo como um desencadeador de contestações e conflitos identitários no interior do campo feminista. Aqui, o corpo é acionado na construção de fronteiras entre diferentes atores políticos e agendas, mas também funciona como um veículo que borra essas mesmas fronteiras, tornando-as sempre fluidas.

Ordem, progresso, fuzil e pé na porta: analisando violências de gênero em contextos militarizados

Autoria: Juliana de Farias Mello e Lima



A partir do projeto "Violências de gênero, violações de Estado: Um estudo sobre formas de governar territórios e corpos", trago para o debate ideias pautadas por situações nas quais a violência institucional está ancorada na imaginação da nação como masculina, como nos ensina Veena Das. Persigo uma pista analítica que aponta para um entrelaçamento profundo entre a violação do direito à vida e outras violações perpetradas por agentes de estado que em geral são consideradas menores (seja pelo campo de estudos da violência, seja por organizações de direitos humanos ou coletivos que lutam pela desmilitarização). A pesquisa, em desenvolvimento, prioriza situações de violência institucional que atingem corpos femininos ou feminizados e, majoritariamente, negros e de pessoas que habitam periferias urbanas em contextos de operações ou ocupações militarizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

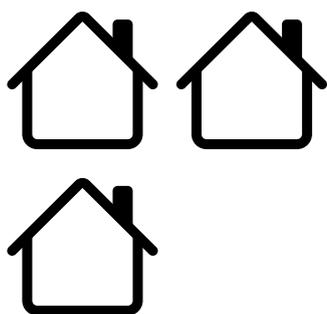
Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

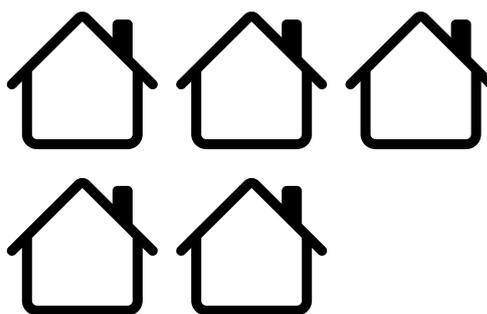
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

